



## Jobim reage a críticas e demite general

Militar declarou em e-mail que Comissão da Verdade seria comandada por "fanáticos"

Vasconcelo Quadros  
BRASÍLIA

Depois de sucessivas crises geradas pela área militar em reação a apuração dos crimes da ditadura, o governo decidiu, ontem, num ato surpreendente, exonerar o general da ativa, Maynard Marques de Santa Rosa, chefe do Departamento Pessoal do Comando do Exército, em Brasília, que fez pesadas acusações contra os integrantes da futura Comissão da Verdade.

– Encaminhei a exoneração ao presidente da República – anunciou Jobim, numa declaração lacônica, durante a solenidade de posse do novo ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto.

Ao longo dos últimos sete anos, é a primeira vez que o governo enquadra um militar de alta patente da ativa. Identificado com a linha dura militar, o general Santa Rosa escreveu um artigo, difundido pela internet por e-mails, em que chama de "caluniadores" e "fanáticos" os seis membros da comissão, entre os quais o consultor jurídico do Ministério da Defesa, Vilson Marcelo Vedana, indicado por Jobim com o aval do comando militar.

"Confiar a busca da verdade a fanáticos é o mesmo que entregar o galinheiro aos cuidados da raposa. A história da inquisição espanhola espelha o perigo do poder concedido aos fanáticos.

Quando os sicários de Tomás Torquemada viram-se livres para investigar a vida alheia, a sanha persecutória conseguiu flagelar 30 mil vítima por ano", escreveu o general. Ele ainda afirmou que os mesmos integrantes da comissão praticaram "atos terroristas, sequestros e assaltos a bancos como tática de combate ao regime militar".

Jobim não quis entrar em detalhes sobre a atitude do general, mas fez questão de anunciar a exoneração no ambiente apropriado e ao lado das personalidades que mais têm insistido na investigação dos crimes da ditadura, o ex-ministro da Justiça, Tarso Genro, e o secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi.

Momentos antes, Barreto, no discurso de posse, havia assumido compromisso com os direitos humanos.

Antes, o ministro conversou por telefone com o comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, que se encontrava em Santa Maria (RS). Enzo disse que considerava as críticas uma opinião particular do militar e deu sinal verde para a exoneração. Jobim saiu fortalecido do episódio. No final do ano passado, ao lado dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, ele ameaçou pedir demissão caso o governo não alterasse o decreto sobre o plano de direitos humanos elaborado por Vannuchi e publicado com texto diferente da versão apresentada anteriormente a outros ministérios. A expressão "repressão política" foi retirada do texto no novo decreto e Jobim pacificou a área militar. Agora, Enzo retribuiu, aceitando exonerar um subordinado que atropelou a hierarquia sobre o mesmo tema.

O Congresso apoiou o ministro e o comandante.

– Foi uma decisão correta e passa a ser uma doutrina. A apreciação do general é indevida e injusta com a comissão – disse o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), que considerou o novo episódio consequência da “falha de origem”, provocada por Vannuchi ao tentar impor no decreto do plano de direitos humanos trechos que não haviam sido discutidos.

– A decisão foi correta, madura, serena e firme. As declarações do general ferem a hierarquia e a disciplina, a subordinação militar ao poder civil e uma instituição de Estado – completou o deputado José Genoíno (PT-SP).